

PGR STF

Projetos sobre anistia e Ficha Limpa podem impactar Bolsonaro? Entenda

Ex-presidente está inelegível e foi denunciado pela PGR por trama golpista

DÊ UM CONTEÚDO



18.fev.2025 às 21h01

Ouvir o texto A- A+

Renata Galf

SÃO PAULO Com a [apresentação de denúncia](#) pela [PGR](#) (Procuradoria-Geral da República) contra [Jair Bolsonaro \(PL\)](#), o ex-presidente pode acumular, além da pena de inelegibilidade, condenação à prisão.

Para que Bolsonaro se torne réu, porém, ainda é preciso que a denúncia seja aceita pelo Judiciário.

No Congresso, diferentes propostas apresentadas por aliados do ex-presidente podem, em tese, vir a beneficiá-lo se aprovadas –tanto do ponto de vista da punição de caráter eleitoral quanto penal.



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), durante debate na campanha de 2022 - Ricardo Moraes - 28.out.22/Reuters

No entanto, além dos próprios [obstáculos para o avanço desses projetos legislativos](#), há uma série de elementos que tornam incerto afirmar que eles se aplicariam ao caso de Bolsonaro.

Além disso, tanto eventual proposta de lei de anistia quanto de [alteração na Ficha Limpa](#) devem ter sua constitucionalidade questionadas perante o [STF](#) (Supremo Tribunal Federal).

PROJETOS DE ANISTIA

Na frente que discute a aprovação de uma lei de anistia aos ataques do 8 de janeiro, ainda é incerto se um projeto nos moldes que vem sendo discutido poderia ser suficiente para

folhajos

As principais notícias da semana sobre o cenário jurídico e conteúdos exclusivos

Digite seu e-mail



relacionadas



CNJ aprova novas regras sobre uso de inteligência artificial no Judiciário

Bolsonaro diz ter zero preocupação sobre denúncia e afirma ter votos para anistia ao 8/1

Lobista suspeito de venda de decisões no STJ critica condições de prisão e tenta transferência

veja também



BLOG

Bastidores, vídeos e análises de economia e política em Brasília

FOLHAJUS

Leia as últimas notícias sobre o Supremo e os ministros da corte

EstúdioFOLHA

Entre as soluções oferecidas pela Shopee



Ferramentas de retail media da Shopee ampliam vendas de grandes marcas



PARAR

livrar o ex-presidente de condenação criminal pela trama golpista.

Só na Câmara dos Deputados há sete propostas tramitando em conjunto, sendo a principal delas o PL 2858/2022, ao qual outros seis projetos estão anexados, parte deles foi apresentada antes do 8/1 e parte após.

folhajus

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha



No ano passado, quando elas estavam em análise na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Casa, [o então relator da proposta na comissão, o deputado bolsonarista Rodrigo Valadares \(União Brasil-SE\)](#), chegou a apresentar um substitutivo que reunia todas elas, mas colocando o 8 de janeiro como marco temporal. Acrescentando ainda anistia a eventos subsequentes ou anteriores, desde que mantivessem "correlação com os eventos acima citados".

Depois disso, porém, o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), [decidiu retirar o projeto da CCJ e criar uma comissão especial para analisar o projeto](#), fazendo com o que o processo de discussão tivesse que ser retomado praticamente do zero.

BOLSONARO DENUNCIADO PELA PGR

Ex-presidente é formalmente acusado no caso da trama golpista

- [Bolsonaro é denunciado sob acusação de liderar trama golpista](#)
- [O que Bolsonaro já disse sobre a investigação da trama golpista](#)
- [Veja íntegra da denúncia da PGR contra Bolsonaro por trama golpista em 2022](#)
- [Denúncia eleva custo da tática Trump de Bolsonaro](#)
- [O que pesa contra Bolsonaro além de plano de golpe: TSE, joias, cartão de vacinação e pandemia](#)

Entre os pontos que podem vir a ser analisados, na hipótese de algum projeto nesse sentido ser aprovado, estará a discussão sobre em que medida ela alcança ou não o enquadramento da denúncia ou eventual condenação de Bolsonaro.

"Se houvesse uma anistia para o 8 de janeiro –que isso fosse aprovado, fosse considerado constitucional– acho que os efeitos, o que englobaria essa anistia seria depois objeto de bastante discussão em relação aos fatos que estão sendo investigados quanto ao ex-presidente Bolsonaro", avalia Raquel Scalcon, que é professora de direito penal da FGV e advogada. "Não teria um efeito claro, automático, evidente."

Mesmo após a denúncia ou após julgamento, a partir de eventual nova lei, a defesa de Bolsonaro poderia apresentar uma petição ao Supremo, solicitando que fosse reconhecida a extinção de punibilidade.

Além disso, no caso de alguma dessas propostas incluir o perdão a punições eleitorais, como a que declarou o ex-presidente inelegível por ter organizado reunião com embaixadores, dificilmente ela seria ampla o suficiente para abarcar a condenação de inelegibilidade pelos atos do [7 de Setembro](#), em que se avaliou que houve uso eleitoral de ato de governo.





FICHA LIMPA

[Bolsonaro já está inelegível até outubro de 2030](#), devido a duas condenações impostas pelo [TSE](#) (Tribunal Superior Eleitoral).

Um dos principais caminhos que têm sido aventados para reverter essas punições está em projeto que busca alterar a Lei da Ficha Limpa, para diminuir a [pena de inelegibilidade](#) de oito para dois anos.

A proposta alteraria o prazo apenas para o tipo de ação na seara eleitoral na qual Bolsonaro foi condenado.

Há quem avalie que a proposta seria inconstitucional. Por outro lado, caso o STF se debruce especificamente sobre a aplicação dessa eventual nova regra para o caso de Bolsonaro, precedente da corte indica que ela teria que [rever seu próprio precedente para que a mudança não tivesse efeito retroativo](#) para beneficiar o ex-presidente.

1 / 15 O que Bolsonaro já disse sobre urnas e ameaças às eleições e ao TSE



Após votação do primeiro turno em 2022, na qual ficou atrás de Lula, Bolsonaro questionou sem provas a apuração e reciclou teoria já desment... MAIS ▾



Mesmo que essa proposta avance, Bolsonaro ainda poderia vir a ser declarado inelegível por alguma das frentes criminais nas quais é suspeito, como no caso da trama golpista, e por ainda mais tempo.

Isso porque, no caso de condenação criminal em hipótese prevista na Ficha Limpa, a sanção de oito anos de inelegibilidade só começa a contar após o cumprimento da pena criminal.

Nesse caso, a proposta apresentada pelo deputado Bibó Nunes (PL-RS) não teria impacto para o ex-presidente.

★ ★ ★

F DÊ UM CONTEÚDO



tópicos

LEIA TUDO SOBRE O TEMA E SIGA:

ataques de 8 de janeiro

jair bolsonaro

justiça eleitoral

pgr

pl

stf

tse

ENVIE SUA NOTÍCIA

ERRAMOS?